

MANIFESTAÇÃO QUANTO AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E/OU IMPUGNAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001047/2025-57

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de higienização, limpeza, desinfecção, conservação e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a serem executados nas dependências internas e externas das unidades de saúde.

DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde (SESAU)

INTRODUÇÃO:

Chegou a esta Gerência solicitação de subsídios para a elaboração de respostas aos pedidos de impugnação e de esclarecimentos apresentados em relação ao Pregão Eletrônico nº 013/2026 (Processo Administrativo nº 001047/2025-57), que tem por objeto a “Contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de higienização, limpeza, desinfecção, conservação e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a serem executados nas dependências internas e externas das unidades de saúde”.

Preliminarmente, cumpre destacar que, no âmbito das licitações realizadas sob a égide da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a condução do procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico compete ao pregoeiro, agente público formalmente designado para a prática dos atos inerentes à condução da sessão pública e à tomada das decisões necessárias ao regular processamento do certame. Entre essas atribuições insere-se a apreciação e a decisão acerca dos pedidos de impugnação ao edital e dos pedidos de esclarecimentos apresentados pelos interessados, os quais constituem instrumentos legítimos de controle do conteúdo do instrumento convocatório e de garantia da observância dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, isonomia, competitividade e transparência.

Nesse contexto, a responsabilidade decisória quanto ao acolhimento ou rejeição dos pedidos de impugnação e de esclarecimentos recai diretamente sobre o(a) pregoeiro(a), na qualidade de agente público incumbido da condução do procedimento licitatório. Trata-se de atribuição funcional inerente à condução da fase externa do certame, na medida em que compete a esse agente proceder à análise das manifestações apresentadas por licitantes ou demais interessados, examinar os fundamentos jurídicos e técnicos suscitados e deliberar, de forma motivada e fundamentada, acerca da eventual necessidade de revisão, manutenção ou complementação das disposições constantes do instrumento convocatório.

Tal competência encontra respaldo expresso no **inciso I do art. 30 do Anexo II do Decreto Municipal nº 16.270, de 23 de maio de 2025**, o qual estabelece que compete ao Pregoeiro ou ao Agente de Contratação a condução da fase externa das licitações e das contratações diretas relativas a bens e serviços comuns e especiais, incluindo, dentre suas atribuições, **a análise e decisão quanto aos pedidos de impugnação ao edital, solicitações de esclarecimentos e recursos administrativos** eventualmente interpostos no âmbito do certame.

Dessa forma, evidencia-se que a deliberação sobre tais manifestações integra o rol de competências próprias do agente responsável pela condução do procedimento, devendo ser exercida com observância aos princípios da legalidade, da motivação, da transparência e da segurança jurídica que regem as contratações públicas.

Por sua vez, a competência desta Gerência de Elaboração e Revisão dos Termos de Referência dos Bens e Serviços Comuns e Especiais restringe-se à elaboração e revisão dos artefatos técnicos que integram a fase de planejamento da contratação, atividade esta desenvolvida **com base nos subsídios técnicos fornecidos pela área demandante**, a quem compete, em última instância, a definição das necessidades administrativas e o **planejamento** do objeto a ser contratado.

No caso em apreço, a atuação desta unidade limita-se, ainda, à prestação de apoio e esclarecimentos aos demais setores desta Secretaria-Executiva de Compras Governamentais – SELC, nos termos do **art. 26 Anexo II do Decreto Municipal nº 16.270, de 23 de maio de 2025**, especialmente do **inciso III** do referido dispositivo.

Dessa forma, o posicionamento eventualmente apresentado por esta Gerência possui natureza estritamente colaborativa, restringindo-se à elaboração de subsídios destinados a auxiliar o(a) pregoeiro(a) na formação de seu convencimento e na adequada fundamentação de sua decisão. Assim, as análises e considerações consignadas **não possuem caráter decisório**, constituindo apenas elementos de apoio técnico voltados a contribuir para a correta interpretação das disposições contidas no termo de referência, das especificações técnicas do objeto e dos elementos produzidos durante a fase preparatória da contratação.

Em síntese, as manifestações desta unidade administrativa têm por finalidade oferecer base para subsidiar a tomada de decisão no âmbito do certame, **sem, contudo, substituir ou interferir na competência decisória legalmente atribuída ao(à) pregoeiro(a), responsável pela condução da fase externa da licitação.**

Cumprе destacar, ainda, que a fase preparatória da contratação, na qual se inserem documentos como o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, é submetida previamente ao **controle de legalidade** exercido pela Assessoria Jurídica da Secretaria, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021. Esse controle jurídico prévio tem por finalidade verificar a conformidade dos atos preparatórios com o ordenamento jurídico aplicável, bem como assegurar que as condições estabelecidas no edital e em seus anexos estejam em consonância com os princípios e normas que regem as contratações públicas.

Dessa forma, eventuais questionamentos que envolvam aspectos predominantemente jurídicos do instrumento convocatório ou da condução do certame podem, a critério do(a) pregoeiro(a), ser submetidos novamente à apreciação da Assessoria Jurídica, a fim de que sejam prestados os esclarecimentos necessários ao adequado embasamento da decisão administrativa. Caso o(a) pregoeiro(a) entenda que as questões suscitadas nos pedidos de impugnação, esclarecimentos ou até mesmo nas respostas dadas por esta gerência **demandem interpretação jurídica mais aprofundada ou análise sob a ótica estritamente legal**, mostra-se recomendável o encaminhamento de consulta, **nos termos do inciso V, do artigo 30, do Anexo II do Decreto Municipal nº 16.270, de 23 de maio de 2025** à Assessoria Jurídica da SELC, órgão competente para a emissão de manifestações jurídicas no âmbito das licitações.

Assim, preserva-se a justa e adequada distribuição de competências no processo administrativo de contratação pública: de um lado, o(a) pregoeiro(a), responsável pela condução do certame e pela tomada das decisões pertinentes aos pedidos apresentados pelos interessados; de outro, as unidades, responsáveis por fornecer subsídios relacionados ao objeto da contratação; e, ainda, a Assessoria Jurídica, incumbida do controle de legalidade e da orientação jurídica da Administração. Esse arranjo institucional contribui para fortalecer a segurança jurídica, a motivação dos atos administrativos e a regularidade dos procedimentos licitatórios, em estrita observância ao regime jurídico instituído pela Lei nº 14.133/2021.

Superados os prolegômenos, passa-se à análise fática.

DOS QUESTIONAMENTOS E/OU IMPUGNAÇÕES:

I - SETA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA:

A impugnante sustenta que as exigências de qualificação econômico-financeira previstas no edital, especialmente a fixação cumulativa de **Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo de 16,66% do valor anual estimado da contratação** e **Patrimônio Líquido (PL) mínimo de 10%**, configuram restrição indevida à competitividade do certame.

Segundo a empresa, a exigência simultânea desses dois indicadores financeiros cria uma barreira excessiva à participação de potenciais licitantes, uma vez que, considerando o valor estimado da contratação, a empresa interessada precisaria demonstrar elevados níveis de disponibilidade financeira e solidez patrimonial. A impugnante argumenta que não há, no Estudo Técnico Preliminar ou nos documentos de planejamento da contratação, justificativa técnica suficiente que demonstre a necessidade da fixação desses percentuais específicos como medida de mitigação de riscos relacionados à execução contratual.

Além disso, sustenta que a exigência cumulativa de patrimônio líquido e capital circulante líquido afrontaria entendimentos consolidados dos tribunais de contas, em especial o disposto na **Súmula 275 do Tribunal de Contas da União**, segundo a qual a Administração pode exigir capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias para assegurar o adimplemento contratual, mas não de forma cumulativa. Assim, defende que a imposição

simultânea desses critérios configuraria medida desproporcional e contrária aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante desses argumentos, a empresa requer que a Administração reavalie os percentuais exigidos para os índices econômico-financeiros ou que seja afastada a exigência cumulativa entre eles, de modo a evitar restrição à competitividade. Subsidiariamente, solicita que, caso os índices sejam mantidos, seja apresentada fundamentação técnica objetiva no Estudo Técnico Preliminar ou no Termo de Referência, mediante estudo quantitativo que demonstre a necessidade desses parâmetros para mitigação dos riscos da contratação. Por fim, requer a republicação do edital, com reabertura do prazo para apresentação de propostas, caso eventuais alterações impactem a formulação das ofertas.

NOSSA ANÁLISE:

Em relação à alegação apresentada pela impugnante quanto à suposta irregularidade na exigência cumulativa de Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% do valor estimado da contratação e Patrimônio Líquido mínimo de 10%, cumpre esclarecer que tais exigências não constituem inovação ou restrição arbitrária estabelecida pela Administração, mas decorrem diretamente de **diretriz normativa consolidada aplicável às contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**.

A Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes para contratação de serviços sob regime de execução indireta, amplamente utilizada por órgãos da Administração Indireta, e no caso, adotada como base de boas práticas para a instrução desta contratação, estabelece expressamente parâmetros objetivos para a definição das condições de habilitação econômico-financeira. Nos termos do Anexo VII-A da referida norma, que trata das diretrizes para elaboração do ato convocatório, a Administração deverá exigir, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a comprovação simultânea de determinados indicadores financeiros destinados a demonstrar a capacidade econômica da empresa licitante.

Nesse sentido, a norma dispõe que devem ser exigidos:

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis que comprovem **índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1;**
- **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação;** e
- **comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação,** mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

Observa-se, portanto, que a própria norma estabelece expressamente a exigência simultânea desses indicadores, justamente em razão das particularidades das contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Nesses contratos, a empresa contratada deve possuir capacidade financeira suficiente para suportar, antecipadamente, despesas significativas relacionadas à remuneração de empregados, encargos trabalhistas, benefícios, provisões e demais custos inerentes à execução contratual.

Nesse contexto, cada indicador possui finalidade distinta e complementar no processo de verificação da capacidade econômica da licitante. O Capital Circulante Líquido constitui indicador de liquidez de curto prazo, demonstrando a capacidade da empresa de honrar obrigações operacionais imediatas, especialmente aquelas relacionadas ao pagamento de salários e encargos decorrentes da execução do contrato. Já o Patrimônio Líquido representa indicador de solidez financeira estrutural da empresa, evidenciando a existência de base patrimonial mínima capaz de suportar riscos inerentes à execução contratual.

Dessa forma, não se trata de exigências redundantes, mas sim de critérios financeiros distintos que avaliam dimensões diferentes da saúde econômico-financeira da empresa, sendo ambos expressamente previstos como parâmetros de habilitação nas diretrizes normativas que orientam a elaboração dos editais para esse tipo de contratação.

Ademais, a adoção desses parâmetros encontra respaldo nas boas práticas de gestão de riscos das contratações públicas, tendo por objetivo assegurar que o futuro contratado possua capacidade financeira compatível com o porte e a complexidade do objeto licitado, prevenindo situações de inadimplemento contratual, interrupção dos serviços ou descumprimento de obrigações trabalhistas.

Assim, verifica-se que as exigências constantes do edital não configuram restrição indevida à competitividade, mas sim a aplicação de parâmetros normativos expressamente previstos na Instrução Normativa nº 5/2017, amplamente adotados pela Administração Pública em contratações de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.

Diante disso, conclui-se que a exigência cumulativa de Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% e Patrimônio Líquido mínimo de 10% encontra respaldo direto na regulamentação aplicável às contratações dessa natureza, razão pela qual não se verifica irregularidade ou desproporcionalidade nas condições estabelecidas.

II - VETOR SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA – ME;

A empresa interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 013/2026, referente ao Processo Administrativo nº 001047/2025-57, apresentou pedido de esclarecimento ao pregoeiro acerca de requisito de qualificação econômico-financeira previsto no edital. O questionamento recai especificamente sobre o item 7.1.3, alínea “c”, do edital, em consonância com o item 10.7.2.3 do Termo de Referência, que estabelece a exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo correspondente a 16,66% do valor anual da contratação.

No pedido, a empresa solicita esclarecimento quanto à base de cálculo a ser utilizada para aferição desse percentual, considerando a necessidade de correta elaboração das propostas e adequado planejamento financeiro das licitantes. Nesse sentido, questiona se a verificação do índice mínimo de 16,66% deverá ser realizada com base no valor estimado anual da contratação constante do edital ou no valor final adjudicado ao licitante vencedor, correspondente ao valor do lance vencedor.

A empresa destaca que o esclarecimento é necessário para garantir segurança jurídica, isonomia entre os licitantes e uniformidade de interpretação na fase de habilitação, evitando divergências quanto à forma de comprovação da capacidade econômico-financeira exigida no certame.

Em síntese, o pedido não questiona a exigência do índice em si, mas busca apenas definir qual referência deverá ser adotada para o cálculo do capital circulante líquido mínimo exigido no edital.

NOSSA ANÁLISE:

Em atenção ao pedido de esclarecimento apresentado, informa-se que a verificação do **Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo correspondente a 16,66%** deverá ser realizada **com base no valor anual estimado da contratação constante do edital**, e não sobre o valor final adjudicado ao licitante vencedor.

Tal entendimento decorre da própria lógica procedimental da licitação, uma vez que a **adjudicação somente é realizada ao final do certame**, após a conclusão das fases de julgamento e habilitação. Assim, considerando que a análise da qualificação econômico-financeira integra a fase de habilitação, o parâmetro de aferição do índice deve necessariamente corresponder ao **valor estimado da contratação previamente estabelecido pela Administração nos documentos do processo licitatório**.

Dessa forma, para fins de comprovação do requisito previsto no item 7.1.3, alínea “c”, do edital, em consonância com o item 10.7.2.3 do Termo de Referência, as licitantes deverão demonstrar **Capital Circulante Líquido equivalente a, no mínimo, 16,66% do valor anual estimado da contratação**, conforme indicado no instrumento convocatório.

III - PALMACEA JARDINS LTDA;

A empresa Palmácea Jardins LTDA apresentou pedido de esclarecimento questionando se foi considerado no orçamento estimado o pagamento de premiação por posto de serviço no valor de R\$ 112,00, prevista na cláusula 11ª da convenção coletiva vigente para trabalhadores que atuam em hospitais e postos de saúde. A empresa argumenta que, como os serviços previstos no Termo de Referência serão executados em UPAs, Centros Regionais de Saúde, UBS e clínicas, tais locais se enquadrariam na referida previsão da convenção coletiva. Assim, solicita esclarecimento sobre se haverá revisão do orçamento para contemplar esse custo ou se a Administração optou por não incluir essa premiação para os empregados.

NOSSA ANÁLISE:

Embora o questionamento apresentado pela empresa **Palmácea Jardins LTDA** demonstre preocupação legítima com a correta observância das disposições da convenção coletiva aplicável à categoria, existem fundamentos técnicos e jurídicos que permitem à

Administração **manter o orçamento estimado sem a inclusão específica da premiação mencionada**, sem que isso configure irregularidade no edital.

Primeiramente, é importante destacar que a **planilha de custos elaborada pela Administração possui caráter estimativo**, servindo apenas como parâmetro para aferição da compatibilidade das propostas com os preços de mercado. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a planilha orçamentária apresentada pela Administração não esgota todas as possibilidades de composição de custos existentes no mercado, cabendo às licitantes estruturar suas propostas considerando integralmente os custos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária e das normas coletivas aplicáveis à categoria profissional.

Nesse sentido, ainda que a convenção coletiva vigente, adotada como paradigma, preveja determinada vantagem ou premiação em condições específicas, a responsabilidade pela correta observância das obrigações trabalhistas e convencionais é **primariamente da empresa contratada**, que deverá considerar tais custos na formulação de sua proposta comercial. A eventual ausência de rubrica específica na estimativa elaborada pela Administração não impede que as licitantes incluam tais custos em suas propostas, desde que observados os limites da exequibilidade e da compatibilidade com o objeto contratado.

Além disso, cumpre observar que as cláusulas constantes das convenções coletivas frequentemente apresentam **condições específicas de incidência**, podendo estar vinculadas a determinadas funções, regimes de trabalho ou situações particulares de prestação de serviços. Dessa forma, a Administração, ao elaborar o orçamento estimado, adota metodologia baseada nos custos mínimos obrigatórios amplamente aplicáveis à categoria, sem necessariamente incorporar benefícios que dependam de interpretação quanto à sua incidência ou que possam variar conforme a organização interna da empresa contratada.

No texto da própria convenção coletiva de trabalho, observa-se que não há determinação expressa de inclusão obrigatória dessa parcela na composição prévia do orçamento estimado da licitação.

A planilha de custos elaborada pela Administração não se confunde com a composição interna de custos de cada licitante. Por essa razão, sua elaboração não pressupõe a reprodução automática de toda e qualquer parcela prevista em convenção coletiva, mas apenas daquelas cuja incidência se apresenta de forma objetivamente delimitável e cuja inclusão decorra, de modo claro, da disciplina normativa aplicável.

No que se refere especificamente à Cláusula Décima Primeira, a convenção coletiva disciplina a parcela, estabelece suas hipóteses de incidência e respectivos condicionantes, mas não dispõe expressamente que tal verba deva obrigatoriamente constar da planilha de custos e formação de preços da licitação. Esse aspecto é relevante, pois a leitura sistemática do instrumento coletivo demonstra que, quando há intenção de impor a inclusão formal de determinada verba em planilha, a convenção o faz de maneira textual e inequívoca em outras disposições.

A Convenção Coletiva, ao disciplinar a referida parcela, reconhece expressamente sua natureza jurídica de **prêmio**, nos termos do art. 457, §§2º e 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, segundo os quais os prêmios constituem **liberalidades concedidas pelo empregador**, podendo ser pagos em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício das atividades.

Esclarece-se, ainda, que a ausência dessa rubrica na planilha estimativa da Administração não impede que a empresa interessada a considere em sua proposta comercial, caso entenda pertinente à sua composição de custos. A formulação da proposta permanece sob responsabilidade de cada licitante, que poderá estruturar seus preços de acordo com sua realidade operacional, sua metodologia de execução e sua avaliação quanto às obrigações incidentes, desde que observadas as regras do edital e assegurada a exequibilidade da proposta.

Assim, conclui-se que a parcela em questão **não constitui custo obrigatório mínimo decorrente da legislação trabalhista ou da convenção coletiva**, razão pela qual não houve sua inclusão na planilha estimativa da Administração.

A ausência de previsão do referido prêmio no edital e na planilha de custos da contratação **não configura irregularidade**, uma vez que não se trata de parcela obrigatória da

remuneração da categoria profissional, mas de benefício eventual condicionado às condições específicas de cada contratação.

Cumpra ainda esclarecer que a mesma Convenção Coletiva de Trabalho que instituiu o prêmio por assiduidade vinculado a postos específicos de serviço (Cláusula Décima Primeira) também prevê, em cláusula distinta, o denominado **“Prêmio Cesta Básica”** (Cláusula Décima Segunda).

Todavia, a análise sistemática das disposições convencionais demonstra que os dois benefícios possuem **natureza e regime jurídico distintos**, motivo pelo qual receberam tratamento diverso na elaboração da planilha de custos da presente contratação.

O **parágrafo oitavo da cláusula décima segunda, diferentemente das previsões contidas na cláusula décima primeira** estabelece expressamente que:

“O valor correspondente deverá compor o preço do serviço contratado, **devendo obrigatoriamente constar nas planilhas de custos e formação de preços** apresentadas em licitações públicas e em contratos privados, de modo a assegurar seu adequado custeio e a continuidade do benefício.”

Assim, embora o benefício também seja denominado “prêmio” e mantenha natureza não salarial, conforme previsto no art. 457, §4º, da CLT, a própria convenção coletiva lhe atribuiu natureza assistencial e determinou expressamente a sua consideração na formação do preço dos serviços, inclusive em licitações públicas.

Dessa forma, por se tratar de parcela de aplicação geral à categoria profissional e cuja própria norma coletiva determina sua inclusão na composição do custo do serviço terceirizado, o Prêmio Cesta Básica foi devidamente considerado na planilha estimativa de custos da Administração.

Por outro lado, o prêmio previsto na Cláusula Décima Primeira possui **regime jurídico distinto**, para o qual a Convenção o considerou liberalidade concedida pelo empregador e não atribuiu obrigatoriedade, razão pela qual não foi incluído na planilha estimativa da presente contratação.

Assim, a diferenciação adotada pela Administração decorre da **interpretação sistemática da própria Convenção Coletiva**, que atribuiu tratamento distinto aos benefícios nela previstos.

Dessa forma, conclui-se que a ausência de previsão específica da premiação prevista na cláusula décima primeira da CCT - Prêmios Especiais por Posto de Serviço, na estimativa da Administração não caracteriza irregularidade no edital, tampouco impede que as licitantes considerem tal custo em suas propostas, caso entendam aplicável à sua estrutura operacional, uma vez que a tanto a convenção quanto a CLT consideram o prêmio como liberalidade concedida pelo empregador.

Assim, não se verifica necessidade de revisão do orçamento estimado ou de alteração do instrumento convocatório.

IV - JB SERVICOS DE LIMPEZA COMERCIAL E RESIDENCIAL LTDA;

A impugnante sustenta que o edital estabelece exigências desproporcionais que restringiriam a competitividade do certame.

Em primeiro lugar, questiona a exigência cumulativa de **garantia contratual de 5%, patrimônio líquido mínimo de 10% e capital circulante líquido mínimo de 16,66%** do valor anual estimado da contratação. Segundo a empresa, essa combinação configuraria uma “tripla garantia” voltada a assegurar a mesma finalidade — a capacidade financeira da contratada — o que violaria os princípios da proporcionalidade e da competitividade, além de contrariar entendimentos consolidados do Tribunal de Contas da União sobre a vedação de exigências financeiras cumulativas que produzam restrição indevida à participação de licitantes.

A impugnante também contesta a exigência de **comprovação técnico-operacional mínima correspondente a 50% da metragem total do objeto**, equivalente a aproximadamente **326 mil m²**, além da exigência de experiência mínima de três anos na prestação de serviços de limpeza. Argumenta que, embora o percentual de 50% seja admitido como limite máximo pela jurisprudência do TCU, sua adoção exige **justificativa técnica específica**, o que não teria sido apresentado no processo. Assim, sustenta que a exigência configuraria barreira desproporcional à participação de empresas que possuem experiência relevante, mas não atingiram simultaneamente contratos de grande dimensão.

Diante disso, a empresa requer a **revisão das exigências econômico-financeiras**, com redução do percentual de capital circulante líquido e patrimônio líquido ou eliminação da sobreposição entre garantias, bem como a **redução do percentual mínimo de comprovação técnico-operacional** ou, subsidiariamente, a apresentação de justificativa técnica que demonstre a necessidade do patamar fixado. Por fim, solicita que, caso as irregularidades não sejam sanadas, **seja suspenso o certame até a publicação de edital retificado**.

NOSSA ANÁLISE:

No que se refere às exigências de **patrimônio líquido mínimo e capital circulante líquido**, a matéria já foi devidamente enfrentada na análise da impugnação apresentada pela empresa **SETA Serviços e Terceirizações Ltda.**, oportunidade em que se concluiu pela regularidade de tais requisitos. Mantém-se, portanto, o entendimento de que tais indicadores possuem **natureza distinta e finalidades complementares**, uma vez que o patrimônio líquido evidencia a **solidez patrimonial estrutural da empresa**, enquanto o capital circulante líquido constitui **indicador de liquidez operacional de curto prazo**, destinado a demonstrar a capacidade da licitante de suportar os custos iniciais da execução contratual. Ademais, tais exigências encontram respaldo nas diretrizes estabelecidas pela **Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**, que orienta a elaboração dos atos convocatórios nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

No que se refere à **garantia contratual**, igualmente não se verifica qualquer irregularidade, uma vez que se trata de instrumento expressamente previsto na legislação e nas normas que regem esse tipo de contratação. A exigência de garantia é medida amplamente adotada em contratos dessa natureza, especialmente em serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, funcionando como mecanismo de proteção da Administração quanto ao fiel cumprimento das obrigações contratuais. No caso específico do presente certame, a previsão de garantia contratual revela-se ainda mais justificada diante da **dimensão, complexidade operacional e sensibilidade do objeto**, que envolve a prestação de serviços contínuos de limpeza, higienização, desinfecção, conservação e gerenciamento de resíduos em unidades de saúde do município. Trata-se de atividade essencial à manutenção das condições sanitárias e ao adequado funcionamento dos serviços de saúde, razão pela qual se impõe à Administração

a adoção de mecanismos adequados de **gestão e mitigação de riscos contratuais**, encontrando a exigência em questão pleno respaldo legal e normativo.

Noutro esboço, quanto à exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional correspondente a 50% da metragem total do objeto, bem como à exigência de experiência mínima de três anos na prestação de serviços similares, cumpre registrar que tais parâmetros encontram respaldo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, que admite a exigência de quantitativos mínimos de até 50% do objeto licitado quando demonstrada a complexidade ou a dimensão do contrato.

No presente caso, o objeto da contratação envolve a prestação de serviços contínuos de limpeza, higienização, desinfecção, conservação e gerenciamento de resíduos em diversas unidades de saúde do município, atividades que exigem elevada capacidade operacional, gestão de mão de obra numerosa, logística eficiente de insumos e equipamentos, além da observância rigorosa de protocolos sanitários próprios do ambiente de saúde. Trata-se, portanto, de serviço que demanda organização operacional robusta e experiência comprovada em contratos de grande porte.

Nesse contexto, a exigência de comprovação técnico-operacional correspondente a 50% da metragem total do objeto não se revela excessiva, mas sim compatível com a magnitude e a complexidade dos serviços a serem executados, funcionando como mecanismo de mitigação de riscos relacionados à eventual incapacidade operacional da contratada. Da mesma forma, a exigência de experiência mínima de três anos busca assegurar que a empresa possua histórico comprovado de atuação no setor, reduzindo o risco de descontinuidade ou falhas na prestação de serviços essenciais à saúde pública.

Assim, verifica-se que as exigências constantes do edital foram estabelecidas com base em parâmetros técnicos e normativos amplamente adotados nas contratações públicas de serviços terceirizados, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim medida legítima de proteção do interesse público e de mitigação de riscos contratuais.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, estas são as considerações desta unidade acerca dos pontos suscitados, as quais são apresentadas com a finalidade de subsidiar a análise e contribuir para o adequado embasamento da decisão a ser proferida pelo(a) Pregoeiro(a).

Ressalta-se, mais uma vez, que a presente manifestação possui caráter meramente colaborativo, não se revestindo de natureza decisória, limitando-se à apresentação de elementos que possam auxiliar na apreciação das questões levantadas no âmbito do certame.

Nada mais havendo a consignar, encaminha-se a presente manifestação para apreciação e decisão do(a) nobre Pregoeiro(a), a quem compete, nos termos da legislação aplicável, deliberar quanto ao acolhimento ou não dos pedidos formulados.

Campo Grande/MS, dia 09 de março de 2026.

CARMELA RYSDYK
SUPEL